



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO

RELATORIA: DEB

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 120/2019

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO, PELA EMPRESA VIAÇÃO UNIÃO SANTA CRUZ LTDA., PARA IMPLANTAÇÃO DOS MERCADOS LIMEIRA (SP) - JOINVILLE (SC) E FLORIANÓPOLIS (SC).

ORIGEM: SUPAS

PROCESSO (S): 50501.352699/2018-55

PROPOSIÇÃO PRG: NÃO HÁ MANIFESTAÇÃO

PROPOSIÇÃO DEB: PELO INDEFERIMENTO

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO - DIRETORIA COLEGIADA

1. DAS PRELIMINARES

Trata-se de solicitação da empresa **VIAÇÃO UNIÃO SANTA CRUZ LTDA** CNPJ nº 95.424.735/0001-59 para implantar os novos mercados: Limeira (SP) - Joinville (SC) e Florianópolis (SC), bem como das impugnações apresentadas contra o citado pleito pelas empresas PRINCESA DO NORTE S/A. e AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA.

2. DOS FATOS E DA ANÁLISE PROCESSUAL

Com o advento da Lei nº 12.996, de 18/06/2014, houve modificação no regime de outorga dos serviços de transportes de passageiros, que passou, desde então, a ser o regime de autorização. Em razão disso, foi editada a Resolução ANTT nº 4.770, de 25/06/2015, que regulamentou a prestação dos serviços públicos regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros sob o novo regime.

Em virtude da modificação citada, estabeleceu-se um período de transição (art. 69 da Resolução 4770/2015) em que as empresas que obtivessem o Termo de Autorização (TAR) poderiam solicitar à ANTT a autorização para continuar operando os mercados que estivessem ativos em 30/07/2015. Após a concessão do TAR, caberia às empresas solicitar o (s) mercado (s), bem como definir a forma de operação.

Para organizar a autorização dos mercados remanescentes da transição acima descrita, assim como para verificar os novos pedidos, considerando o disposto nos arts. 71 e 72 da Resolução ANTT nº 4.770/2015, a ANTT estabeleceu, por meio da Deliberação nº 224, de 17/08/2016, que o processo para a outorga de autorização dos mercados referentes aos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional seria realizado em etapas, da seguinte forma:

Mercado: também denominado par de localidade que caracteriza uma origem e destino, qualquer combinação de dois municípios em unidades federativas distintas.

Linha: serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, vinculado a determinada autorizatória, que atende um ou mais mercados, aberto ao público em geral, mediante pagamento individualizado de tarifa, ofertado em determinado itinerário, conforme esquema operacional pré-estabelecido;

Seção: serviço realizado em trecho de itinerário da linha, com fracionamento de preço de passagem.

Durante o período de transição, as empresas que conseguissem obter o Termo de Autorização (TAR) poderiam solicitar à ANTT autorização para continuar operando todos os mercados que estivessem ativos em 30 de julho de 2015.

Assim, atualmente, a delegação para atendimento de mercados se dá por meio de autorização, em virtude da vigência da Lei 12.996/2014. Após a concessão do termo de autorização, cabe a empresa requerer o mercado e apresentar a forma que irá operá-lo, ou seja, discriminar qual a linha e as respectivas seções (mercado principal e mercados secundários, respectivamente).

Para organizar a autorização dos mercados remanescentes da transição, assim como para verificar os pedidos de mercados, considerando o disposto nos artigos 71 e 72 da Resolução ANTT nº 4.770/2015, a Agência estabeleceu por meio da Deliberação nº 224/2016 que o processo para a outorga de autorização dos mercados referentes aos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional seria realizado em etapas, conforme a seguir:

I - mercados não solicitados por empresas que tiveram Licença Operacional - LOP concedidas e que não sejam operados por outra empresa autorizada com base na Resolução nº 4.770/2015, bem como aqueles operados em linhas com Autorização Especial;

II - mercados atendidos exclusivamente por empresas que não solicitaram ou tiveram seus pleitos indeferidos de Termo de Autorização - TAR e/ou Licença Operacional - LOP, não abrangidos no inciso anterior; e

III - outros mercados não abrangidos pelas etapas anteriores.

Por sua vez, o parágrafo único do art. 1º da Deliberação nº 224/2016 assim dispõe:

"Os mercados de que trata o inciso III poderão ser autorizados antes daqueles previstos no inciso II

pela Diretoria Colegiada mediante parecer fundamentando da Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros atestando a pertinência do mercado pretendido com eixo operado pela requerente em outros mercados ou a ausência de impacto direto sobre os mercados operados por outra transportadora."

Impende salientar que, no que se refere a mercados inéditos, somente empresas que possuam Termo de Autorização (TAR) vigente poderão requerê-los, conforme disciplinam os normativos a seguir:

Resolução ANTT n° 4.770, de 2015

Art. 25. As transportadoras **habilitadas** nos termos do Capítulo I desta Resolução poderão requerer para cada serviço, Licença Operacional, desde que apresentem, na forma estabelecida pela ANTT:

(...)

Art. 72. Decorridos 210 (duzentos e dez) dias da data da vigência desta Resolução **qualquer transportadora com Termo de Autorização vigente** poderá solicitar mercados novos.

Resolução ANTT n° 5.629, 27 de dezembro de 2017

Art. 2º No atendimento à Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016, a transportadora, **habilitada** nos termos do Capítulo I da Resolução n° 4.770, de 2015, deverá protocolar, na ANTT, requerimento para operar mercado não atendido de acordo com procedimento estabelecido pela Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS.

Ainda, o art. 4º da Resolução ANTT n° 5.629/2017, que "Estabelece procedimentos e critérios a serem adotados na análise de requerimentos para novas outorgas de autorização dos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual de passageiros, de mercados não atendidos, enquanto não concluídos os estudos de inviabilidade operacional e dá outras providências", traz um critério a ser atendido quando do pedido de autorização, senão vejamos:

Art. 4º As novas outorgas de autorização dos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual de passageiros **estarão condicionadas à implementação e ao pleno funcionamento do Sistema de Monitoramento do Transporte Interestadual e Internacional Coletivo (MONTRIIP)**, de que trata a Resolução n° 4.499, de 28 de novembro de 2014. (grifamos)

Por seu turno, os níveis de implantação do MONTRIIP foram estabelecidos mediante a Deliberação n° 134, de 21/03/2018, que, em seu art. 4º, dispôs o seguinte:

Art. 4º. Para fins do disposto no artigo 4º da Resolução n° 5.629, de 2017, somente serão deferidas novas outorgas de autorização da Resolução ANTT n° 4.770, de 25 de junho de 2015 para as transportadoras que estiverem enquadradas no nível de implantação I do MONTRIIP.

Nestes termos, após análise técnica empreendida pela Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros por meio da **NOTA TÉCNICA N° 135/2019/GETAU/SUPAS** de 26.02.2019, concluiu-se que a empresa, por não se enquadrar no nível I de implantação do MONTRIIP, não preencheu os requisitos elencados na legislação vigente para operar os mercados pretendidos, razão pela qual o pedido formulado deve ser indeferido.

Por derradeiro, no que se refere às impugnações apresentadas pelas empresas PRINCESA DO NORTE S/A. e AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., mediante os protocolos 50500.010969/2019-44 e 50505.016136/2019-47, respectivamente, não deverão ser conhecidas, conforme dissertado pela área técnica, tendo em conta a perda do seu objeto, em decorrência da proposta de indeferimento do pleito da impugnada.

3. DA PROPOSIÇÃO FINAL

Com estas considerações, acolhendo o encaminhamento proposto pela área técnica, **VOTO pelo indeferimento do pedido** apresentado pela empresa **VIAÇÃO UNIÃO SANTA CRUZ LTDA** por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução ANTT n° 5.629, de 2017 e no artigo 4º da Deliberação n° 134, de 21 de março de 2018, bem como pelo **não conhecimento da impugnações** apresentadas pelas empresas **PRINCESA DO NORTE S/A** e **AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA**, por perda do seu objeto, nos termos da anexa minuta de deliberação.

Brasília, 28 de março de 2019.

À Secretaria Geral, para prosseguimento

ELISABETH BRAGA
DIRETORA



Documento assinado eletronicamente por **ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA, Diretor**, em 29/03/2019, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0058785 e o código CRC DB7C45D4.

Referência: Processo nº 50501.352699/2018-55

SEI nº 0058785

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 Lote 10 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 Brasília/DF - www.antt.gov.br